



OS SUSPIROS DE UMA DÉCADA: NOTA CRÍTICA SOBRE O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFG

SUSPECTS OF A DECADE: CRITICAL NOTE ON UFG'S SOCIAL WORK COURSE

Alison Cleiton Araújo*

<https://orcid.org/0000-0003-4564-7820>

RESUMO

O artigo tem como objetivo registrar, sumariamente, a trajetória que demarca os dez anos de criação do primeiro curso de graduação público em Serviço Social do estado de Goiás, inserido na Universidade Federal de Goiás (UFG). Abordam-se as determinações sócio-históricas vinculadas ao contexto de emergência e a contradição presente na sua consolidação e explicita um balanço dos desafios que permeiam sua existência. O procedimento investigativo pautou-se através de uma pesquisa bibliográfica e documental nas plataformas públicas de acesso à informação, assim como em documentos do curso. Os resultados alcançados apontam para o caráter contraditório de avanço político e social da educação superior pública, em particular do Curso de Serviço Social e dos desafios enfrentados diante da ofensiva material do capital sob direitos sociais conquistados historicamente.

PALAVRAS-CHAVE

Capital. Contrarreformas do Estado. Curso de Serviço Social. Políticas Educacionais. UFG.

ABSTRACT

The article aims to record, briefly, the trajectory that marks the ten years of creation of the first public undergraduate course in Social Work of the state of Goiás, inserted at the Federal University of Goiás (UFG). The socio-historical determinations related to the context of emergence and the contradiction present in its consolidation are approached and a balance of the challenges that permeate its existence is explained. The investigative procedure was based on a bibliographic and documentary research in public platforms for access to information, as well as in course documents. The results achieved point to the contradictory character of political and social advancement of public higher education, in particular of the Social Work Course and the challenges faced by the material offensive of capital under historically conquered social rights.

KEYWORDS

Capital. Counter-reforms of the State. Course of Social Service. Educational Policies. UFG.

* Assistente social. Mestre em Serviço Social. Doutorando em Serviço Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. Professor Adjunto do Curso de Bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal de Goiás. (UFG, Goiás, Brasil). Av. Bom Pastor, s/n, Goiás (GO), CEP. 76600-000. E-mail: <alisonufg@yahoo.com.br>.

DOI 10.22422/temporalis.2019v19n387p130-147



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2019 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

INTRODUÇÃO

Ao elegermos como objetivo de análise, neste artigo, o processo histórico do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Goiás (UFG), na sua modesta trajetória de dez anos (2008-2018), registramos uma conquista socioeducacional que atravessa os muros da universidade e torna-se expressão singular dos avanços e ampliação de políticas públicas nas duas últimas décadas. Esse período confluiu uma contraditória dinâmica de lutas e resistências, avanços e desmontes que permearam as disputas sócio-institucionais do Estado brasileiro.

As comemorações alusivas ao decênio do curso misturam-se a reafirmação e importância da ampliação e à interiorização de universidades públicas em todas as regiões do país, do crescimento exponencial das vagas ofertadas nas instituições federais, de políticas de acesso e permanência que possibilitaram a entrada de segmentos historicamente negligenciados nos espaços universitários, sobretudo indígenas, quilombolas, ribeirinhos/as, pequenos agricultores, assentados/as e acampados/as, negros/as e estudantes oriundos de escolas públicas. Se é legítimo ressaltar esses avanços, não é possível desconsiderar sua processualidade movente de projetos privatistas e interesses norteados pelo mercado que consagraram as políticas educacionais no período analisado, como produto das mudanças orquestradas por organizações internacionais e nacionais em nome dos ciclos reprodutivos do capital.

Diante disso, o artigo estrutura-se por esta introdução, uma seção que explicita, sumariamente, as determinações sócio-históricas de emergência e consolidação do Curso de Serviço Social da UFG, ancorando-se nas modificações estruturais provocadas pela radicalização das contrarreformas do Estado brasileiro. Trata da experiência social-liberal (CASTELO, 2012) que tracejou os governos do Partido dos Trabalhadores e, em seguida, o processo de desmonte dos direitos sociais nos governos subsequentes de forte influência do neoliberalismo. Aborda-se a contraditoriedade que assumiu a educação superior nos anos 2000 e sua incidência nas universidades públicas. Logo após, na segunda seção, explicita-se as particularidades de criação e consolidação do curso de Serviço Social da UFG. E, por fim, a terceira seção trata dos desafios que permeiam o respectivo curso, em decorrência do cenário avassalador que se processa diante da conversão de direitos sociais em produtos intercambiáveis para o mercado. Logo após, apresenta-se os elementos conclusivos.

ACUMULAÇÃO CAPITALISTA, DESMONTE DE DIREITOS E LUTAS SOCIAIS NA ATUALIDADE

As ruas de Paris, no início do ano, foram pintadas de coletes amarelos que deram o tom dos questionamentos e protestos às políticas de austeridade de Emmanuel Macron. Os sindicatos e organizações estudantis na Hungria pressionaram o primeiro-ministro, Victor Orbán, para revogação da reforma trabalhista, e impuseram manifestações e greves como ingredientes das lutas nas ruas. A greve geral, no início de janeiro, foi a medida adotada pelos trabalhadores na Índia, questionando as políticas de Narendra Modi. Os milhares de

manifestantes nas ruas da Argentina similarmente escancaravam a indignação frente o projeto de contrarreformas do presidente Maurício Macri.¹

A marcha crescente de milhares de imigrantes, jovens, mulheres, idosos e crianças explicitam o drama de vida ou morte nas fronteiras hostis e xenofóbicas em vários quadrantes da terra. O cortejo de hondurenhos, a passos lentos, em busca de um lugar ao sol nos *prósperos EUA*, a desesperada massa de venezuelanos nas fronteiras brasileiras e o já empoeirado e esquecido acontecimento da criança síria banhada pelas águas das políticas anti-imigrantes revelam os destroços das políticas neoliberais em todo o mundo.

Essas ondas de inquietações e protestos também banharam as ruas do Brasil nos últimos meses. As manifestações do 15 de maio (15M), 30 de maio (30M) pela defesa da educação pública e da Greve Geral de 14 de junho, somada a mobilização de milhares de manifestantes no 13 de agosto, questionaram as prioridades do governo, sacudindo as estruturas políticas do país.

O que está por trás de tudo isso? O que justifica essa onda contra os parcos avanços civilizatórios em todo o mundo e, em particular, no Brasil? Nossa hipótese de trabalho alicerça-se na compreensão que o avanço irrefreável do capital, no seu movimento de valorização do valor, requisita por um lado a ampliação da exploração do trabalho e, por outro, a quebra dos sistemas protetivos do Estado e conversão dos direitos em produtos mercantis. As bases tendenciais desses processos foram tratados por Mészáros (2002), que sustenta a tese de uma crise estrutural, na qual o sistema sócio-metabólico do capital encontra limites intransponíveis para sua expansão.

O respectivo autor distintamente de uma apreensão limítrofe e de finitude do capital defende que:

[...] a crise do capital que experimentamos hoje é fundamentalmente uma crise estrutural. Assim, não há nada especial em associar-se capital e crise. Pelo contrário, crises de intensidade e duração variadas são o modo natural de existência do capital: são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação (MÉSZÁROS, 2002, p. 795).

Portanto, na dinâmica operada entre capital e crise, massifica-se a ofensiva contra os direitos sociais historicamente conquistados, a alteração das bases de gestão da força de trabalho por parte dos estados e amplia-se a captura do mais-valor produzido em condições degradantes e precárias de vida e trabalho.

Nesse sentido, o movimento do capital impõe a ampliação das condições de extração de mais valor, sob a base da precarização estrutural do trabalho (AMARAL, 2018), incorporação da informalidade como parte constitutiva e funcional da produção capitalista (TAVARES, 2004), novos processos de intensificação do trabalho (DAL ROSSO, 2008) e imprimir, de um lado, o privilégio da servidão para uma parcela de trabalhadores precários

¹ As informações conjunturais aqui apresentadas estão contidas no site: <<http://www.esquerdadiario.com.br>>. Acesso em 10 jan. 2019.

enquanto avolumam-se, de outro, os destituídos da condição de exploração pelo capital (ANTUNES, 2018).

Observa-se a materialidade da mundialização do capital, como apontou François Chesnais (1996), que, adensa-se, na atualidade, a uma lógica financeirizada da economia com a centralização e concentração do capital. Conseqüentemente, Os descompassos constitutivos do sistema financeiro com a produção material da riqueza social vem implicando em crises mais severas e intensas de reprodução e exigem novas bases de exploração do trabalho e dominação social.

Assim como, os prognósticos das políticas neoliberais distintamente do que se apregoava como solucionadoras da crise se transformaram em sua face mais perversa, possibilitaram uma nova racionalidade que penetra não só o mercado, mas o Estado e, principalmente, o comportamento dos indivíduos, seja na vida privada ou social, sob a lógica concorrencial e da forma-empresa como processo de subjetivação (DARDOT; LAVAL, 2016).

Esse conjunto indissociável e articulado de determinações afetam a totalidade da vida social. As resultantes dessa dinâmica implicam na detruição de direitos, expropriação das condições concretas de subsistência de parcelas significativas da classe trabalhadora e corrosão das bases protecionistas existentes em busca da ampliação dos domínios do mais-trabalho (FONTES, 2018).

A sanha do capital, na lógica de restabelecimento das taxas de lucro, ultrapassa o seu locus determinante de reprodução ampliada - a exploração do trabalho e atinge a captura do tempo de trabalho necessário de gerações de trabalhadores acumulados no fundo público, ou seja, na alteração dos aparatos dos Estados nacionais, seja na periferia do capital ou nos países centrais. Os planos de ajuste, pacotes econômicos e contrarreformas corroem os direitos sociais, principalmente, os direitos trabalhistas e previdenciários (SALVADOR, 2017).

Ao passo que pululam resistências e lutas sociais denunciando as consequências desastrosas desse projeto para humanidade revigoram-se as estratégias de dominação social do capital que se expressa na onda conservadora sob o manto do irracionalismo e neoconservadorismo de extrema-direita reivindicando a sociabilidade do mercado como única via de mediação das necessidades sociais.

Ao observarmos o mundo e, em particular, a América Latina, hoje, constata-se o desmonte das políticas de conciliação de classe que conformaram parte significativa da trajetória geopolítica nos últimos anos nessas latitudes e emerge um vigoroso projeto de dominação do capital com sua face mais bárbara. A investida imperialista na Venezuela e o crescimento da direita e da extrema-direita nos governos centrais dessa região explicitam o cenário de liberalização irrestrita ao mercado.

No Brasil, essa onda regressiva do capital, sobretudo no tocante ao direitos sociais, assume peculiaridades ao rastreamos as últimas décadas, em particular diante do significado político e social contraditório que envolveu os governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2015) e dos desmontes propugnados nos governos de Michael Temer (2016-2017) e Jair Bolsonaro (2018).

Buscaremos, a seguir, evidenciar essa dinâmica contraditória dos projetos em disputa através da educação superior e situar a particularidade que consubstancia a emergência e consolidação do curso de Serviço Social da UFG.

A EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA NO ANOS 2000 E A CONTRADITORIEDADE NOS PROJETOS DE EDUCAÇÃO.

Ao tratarmos sobre direitos sociais no Brasil e, especificamente, o direito a educação superior necessariamente precisamos situá-los diante das lutas de classes e dos projetos sócio-institucionais que lhe informam. A trajetória das quatro últimas décadas, que marcam a luta pela redemocratização e constituição de um Estado democrático de direitos, encontra-se norteadas pelas tensões desses projetos, que se confrontam em matizes ideológicas e políticas diversas, alimentadas, no caso específico da educação, por um lado na luta pela educação como direito social e por outro, em projetos de mercantilização e privatização.

Destarte, observa-se, nessa processualidade histórica, a centralidade que assumiu a lógica privatista da educação em detrimento da ampliação e garantia da educação superior pública. Os investimentos na educação privada e sua generalização para todos os níveis educacionais distam da década de 1970, mas sua materialidade como projeto valorativo e de investimentos para o capital assume proporções gigantescas nas três últimas décadas (SILVA, 2011). Seu contorno mercadológico impusera-se com forte incidência na década de 1990, em decorrência das contrarreformas instaladas a partir de 1995, com o Governo de Fernando Henrique Cardoso (BEHRING, 2008), mas atingiu patamares substantivos nos Governos do Partido dos Trabalhadores (PT).

Esse processo é visível na apropriação pelo mercado da educação superior. As estatísticas são reveladoras da proporção de instituições e vagas ofertadas no ensino superior e a sua face privatista. Em 2017, registraram-se 296 instituições de ensino públicas (IES), enquanto as instituições de ensino privadas somaram 2.152 em todo o país. Das vagas novas ofertadas, no mesmo ano, tem-se a disparidade de 655.033 nas IES públicas e 7.245.027 vagas nas IES privadas, com uma fatia importante atribuída a expansão pela modalidade à distância (INEP, 2018).

Há um duplo movimento operado pelas frações do capital que encontram na educação um nicho valorativo de investimento e acumulação. Primeiro, na ampliação da oferta de vagas em instituições privadas, com centralidade no ensino - vide o crescimento exponencial da oferta de cursos de graduação, na modalidade de educação à distância, após a aprovação do Decreto nº 5.800/2006 e crescimento das instituições privadas em todo o país. Segundo, na captura ao fundo público, por meio de programas, como, por exemplo, o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES).

Os relatórios de gestão do FIES de 1999 a 2017 são emblemáticos na vertiginosa destinação e execução orçamentária como fonte segura de investimento e crescimento privado. Dos 67.202 contratos em 1999 e da execução orçamentária na ordem aproximada de 559 milhões de reais registra-se um crescimento de aproximadamente 1,5 milhão de contratos e 21,6 bilhões de investimentos públicos transferidos para os grupos privados de educação

em 2017 (BRASIL, 2018). Assim como, no sentido de acalento ao mercado, o Programa Universidade para Todos - Prouni cumpre uma função importante na isenção fiscal.

Esses dados são reveladores da orientação estratégica das políticas educacionais para formação de grandes oligopólios da educação (SILVA, 2011; TONEGUTTI, 2017), enquanto os processos de expansão do ensino superior público enfrentam contingenciamentos e cortes que estrangulam as políticas de manutenção, permanência e consolidação dos cursos de graduação e pós-graduação, especialmente na última década.

No rastreamento das dotações orçamentárias realizadas no período de 2003 a 2014, Reis (2016) identifica que a disputa do fundo público esteve comprometido substantivamente com a dívida pública. No tocante a educação, em que pese a ampliação e expansão da educação superior no país, sua incidência também se alicerçou sob o comando do capital e projetos privatistas em detrimento do público.

Do ponto de vista financeiro, as despesas da União com as universidades federais foram elevadas de R\$ 16,828 bilhões, em 2003, para R\$ 41,077 bilhões, em 2014, um crescimento de 144,10%. As despesas com o Fies e o Prouni foram elevadas de R\$ 1,342 bilhões, em 2003, para R\$ 13,154 bilhões, em 2014, um crescimento de 880,42% (Tab. 9). Tal comparação demonstra cabalmente o apoio dos governos Lula e Dilma à expansão da educação superior privada. A transferência de recursos da União para a expansão da educação superior privada foi intensificada no governo Dilma (REIS, 2016, p. 28).

Em que pese o caráter privatista que permeou a política educacional superior no país, como demonstrado acima, é necessário registrar a curva de crescimento de investimentos e expansão da educação superior público no período de 2007 a 2013. Assim como, as conquistas sócio-políticas de acesso e permanência.

Esse período, marcado por crescimento econômico e a ampliação das políticas sociais no país, gerou debates em torno do significado socioeconômico e político-cultural que contornaram os governos de Luis Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Dentre elas, evidenciam-se com ênfase, as teses do novo-desenvolvimentismo (BRESSER PEREIRA, 2004), Pós-neoliberalismo (SADER, 2013), de Hegemonia Lulista (BRAGA, 2012), Lulismo (SINGER, 2009), neoliberalismo à brasileira (PAULA, 2016) e social-liberalismo (CASTELO, 2012).

Entre as polêmicas teóricas e distinções de monta que afetam as interpretações presentes nessas teses registram-se dois polos marcantes. De um lado, as teses defensoras de um rompimento com as políticas neoliberais e a construção de um desenvolvimento propulsor do crescimento econômico e de políticas sociais. E, por outro, as teses que conformam que as experiências petistas aprofundaram a relação de dependência com as política neoliberais e hegemonia rentista do capital.

As reflexões aqui expressas alicerçam nesse segundo campo de análise. A dinâmica molvente da realidade concreta demonstram os limites teóricos e práticos das interpretações do caráter disruptivo com o neoliberalismo. Ou seja, longe de cindir as bases propulsoras da desigualdade, inversamente, as reproduziu ao deixar intocável a política econômica favorecedora do capital financeiro. Contudo, é inegável destacar as marcas

sócio-políticas e de abertura do Estado brasileiro para demandas e necessidades sociais protagonizados pela luta e resistência de coletivos, movimentos, sindicatos e partidos tensionando por respostas públicas as refrações da questão social, traduzidas na estruturação de diversas políticas públicas no período analisado.

Na educação, os avanços encontram-se materializados por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, consagrado pela Decreto nº 6096/2007, que ocasionou uma modificação substantiva no cenário de oferta de vagas públicas, sobretudo na lógica de interiorização e ampliação das formas de inserção.

A remodelagem do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) e a ampliação de sua utilização como forma de acesso nas universidades públicas, assim como a constituição do Sistema de Seleção Unificado (SISU), mesmo diante das contradições que lhe são inerentes, permitiram uma efervescência social em torno de um projeto de universidade. Agrega-se a isso a estruturação de um Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) (Decreto 7.234/2010), que substanciou formas de permanência dos estudantes ao universo acadêmico.

Para além dos marcos normativos registrados, tem-se a aprovação de conquistas, a exemplo da Lei de Cotas (12.711/2012), com reserva de vagas para estudantes oriundos de escolas públicas, de baixa renda e autodeclarados pretos, pardos e indígenas. Acresce-se ainda a aprovação na pós-graduação de reserva de vagas étnico-raciais. Contudo, todos esses avanços estão permeados de contradições que atravessam sua formulação e execução. Assim como, demarcados pelas lutas sociais, em particular de estudantes, docentes e técnico-administrativos, organizados e politicamente orientados nas pautas e agendas sindicais, estudantis e de mobilização em torno da educação pública.

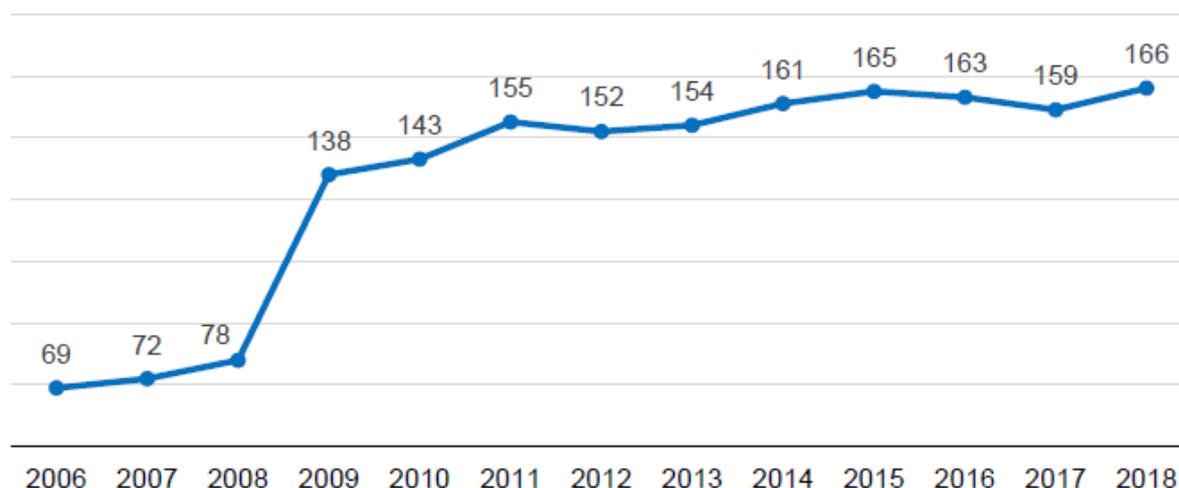
É nesse contexto contraditório e como parte constitutiva dos avanços e limites na política educacional brasileira que se tem a expansão da Universidade Federal de Goiás, e particularmente de criação do Curso de Graduação em Serviço Social da UFG.

AS PARTICULARIDADES DE CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFG

A criação do Curso de Serviço Social da UFG está diretamente relacionado ao contexto sócio-político de expansão das universidades públicas nos anos 2000, materializada por meio do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Os projetos expansionistas da respectiva universidade se concentraram em dois momentos: o primeiro, no período de 2003 a 2006, que possibilitou uma consolidação do processo de interiorização da universidade nas cidades de Catalão e Jataí. Logo após, o projeto de 2007/2008, em particular, diante da adesão ao REUNI, que garantiu o crescimento das diversas unidades acadêmicas nos campus existentes e a criação do Campus Cidade de Goiás, no qual vincula-se o respectivo curso (CASTRO, 2013). O Curso de Serviço Social é criado em 2008, por meio de uma resolução do Conselho Universitário, nº 21/2018, em sessão plenária em 27 de junho, iniciando a oferta das cinquenta vagas no primeiro semestre de 2009.

Ao aderir ao REUNI, lançado em 2007, em sua consolidação, a UFG ampliou a oferta de cursos de graduação, vagas, estrutura física, com crescimento do número de docentes e técnico-administrativos e ampliação da dotação orçamentária.

Gráfico 1. Evolução do número de cursos de graduação no período 2006 – 2018.



Fonte: Secretaria de Planejamento, Avaliação e Informações Institucionais/ UFG (22/03/2019). Relatório de Gestão 2018 – UFG.

Observa-se que a expansão da UFG está diretamente condicionada as políticas educacionais contraditoriamente gestadas no segundo governo do PT. A ampliação dos cursos de graduação também foram acompanhados pela implementação de programas de pós-graduação. Entre 2008 constatava-se a existência de 32 mestrados acadêmicos e 13 doutorados. Em 2018, registrou-se 10 mestrados profissionais, 60 mestrados acadêmicos e 38 doutorados. Os dados aqui descritos são revaladores da expansão e crescimento vertiginoso da UFG. Assim como, possibilitaram uma ampliação da execução orçamentária. Em 2008 atingiu a cifra de R\$ 449.754.368,34 milhões de reais. Em 2018, a execução orçamentária chegou a ordem de R\$ 1,32 bilhão (BRASIL, 2018).

No tocante ao Campus Cidade de Goiás, na formulação da proposta REUNI, é possível identificar o aligeiramento e ausência de planejamento prospectivo ao programa. A emersão do campus foi atravessada pela decisão política da UFG em incorporar novos cursos à já existente Turma C de Direito, vinculada a Faculdade de Direito de Goiânia. Cabe destacar que a particularidade da Turma Evandro Lins e Silva, produto da articulação entre movimentos sociais, sindicatos, UFG, MEC e INCRA reveste de um significado lapidar no sentido sócio-educativo e das projeções ideo-políticas que atravessam a emersão e consolidação do respectivo campus.

É importante salientar que o campus sofria com poucas salas de aulas, cadeiras inadequadas, ausência de laboratórios e biblioteca, incluindo a precária composição do corpo docente. Em 2004, quando da elaboração do projeto político pedagógico para a turma especial de Direito, o campus contava com 08 professores contratados pela prefeitura municipal da Cidade de Goiás, 03

professores efetivos (sendo que um desses estava cedido para o Tribunal Regional Federal da 1ª Região), 04 professores temporários e 13 professores colaboradores que recebiam apenas ajuda de custo para o deslocamento. A situação era mais complexa no que tange à qualificação que esses professores tinham, pois havia apenas um doutor, sete mestres e os demais eram especialistas ou graduados (FERNANDES, 2016, p.83).

Com a propositura de criação da turma foi destinada dez códigos de vagas para concursos de docentes para o Curso de Bacharelado em Direito (Portaria 853/2006). A estruturação do corpo docente somada a adesão do REUNI possibilitou a criação do Campus Cidade de Goiás. Agregou-se, em 2008, os cursos de Bacharelado em Serviço Social e Licenciatura em Filosofia.

Nos anos subsequentes, ocorreram a operacionalização dos códigos de vagas aprovados pelo projeto Reuni e a redefinição dos cursos para o respectivo campi. Em 2013, novos cursos de graduação foram criados: a oferta do Curso de Bacharelado em Administração, Bacharelado em Filosofia e o Curso de licenciatura em Educação do Campo, com ênfase em Ciências da Natureza. Em 2014, ocorreu a aprovação do Curso de Arquitetura e Urbanismo, encerrando o ciclo expansionista.

O plano de adesão ao REUNI não foi acompanhado de um estudo dos equipamentos necessários, da quantidade adequada de docentes e técnico-administrativos, assim como das estruturas para a garantia da permanência e administração da gestão universitária na perspectiva de interiorização (GONÇALVES, 2013; UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2019). Diante disso, a proposta do campus atravessou um processo de morosidade na execução das condições concretas de desenvolvimento administrativo e acadêmico.

Os concursos públicos de docentes e técnico-administrativos foram realizados processualmente, com dificuldades significativas na nomeação na razão direta do crescimento do número de discentes e turmas. Em 2009, o campus registrava 129 estudantes matriculados, dos quais 49 estavam vinculados ao Curso de Serviço Social. Já em 2018, esse montante chegou a 734 estudantes, sendo 132 matriculados no respectivo curso (CGA/SIGAA, 2019). O quadro docente proposto pelo projeto REUNI foi constituído entre 2009 e 2013, inicialmente com a rotatividade própria da lógica que permeou a interiorização e atualmente é formado por treze docentes, dentre estes onze graduados e com Mestrado e/ou Doutorado em Serviço Social e dois com graduação e doutorados em áreas afins.

Portanto, os primeiros anos de criação e implementação do respectivo curso, 2009 a 2013, pautaram-se por uma dinâmica institucional desafiadora que exigiram processos organizativos e políticos envolvendo estudantes, técnico-administrativos e docentes em prol da estruturação do campus e, em particular, do curso. Registram-se a luta pela construção de bloco de salas de aulas, pressão para aquisição de equipamentos, de estruturação de política de permanência estudantil e da ampliação da dotação orçamentária.

Destarte, em que pese o caráter limítrofe envolvendo a implementação do campus e curso, as ações coordenadas e de mobilização político-institucionais realizadas pelos membros da comunidade acadêmica (discentes, técnico-administrativos e docentes) através dos

centros acadêmicos, sindicatos, Comissão de Mobilização docente, acrescida da preocupação política dos gestores da respectiva universidade coadunaram em conquistas importantes.

A criação de espaços de diálogo e reflexão coletiva, para além dos canais oficiais existentes na UFG, foram indispensáveis para as conquistas institucionais. A realização de amplas reuniões, de formulação de material informativo, debates coletivos, ações políticas coordenadas, paralisações, manifestações, caravanas, greves e realização de audiências públicas com gestores da respectiva universidade possibilitaram o pulsar das lutas e resistências em torno de um projeto de interiorização.

Nessa trajetória marcada pela contraditoriedade entre avanços e retrocessos, destaca-se como elementos de conquistas: ampliação da dotação orçamentária para o Campus (2011 – 2016). Ampliação dos espaços físicos: construção do bloco de aulas que garantiu além da estrutura para atividades de ensino, salas específicas para coordenação e sala de professores. No sentido de garantir as condições propícias para a formação profissional e consolidação dos diversos cursos existentes, foi construído uma biblioteca setorial com capacidade de atendimento a comunidade acadêmica e sociedade. Acresce a aquisição, por meio de aluguel, de um prédio específico que abriga os cursos específicos de Ciências Humanas. Contudo, atende ao público em geral, no tocante ao espaço físico, auditório e quadra poliesportiva.

Dentre as conquistas sócio-educacionais evidenciadas nos últimos anos, em especial de 2012-2018, sobressaem a estrutururação de uma política de permanência estudantil, materializada em especial, na política de assistência estudantil: construção do Restaurante Universitário, ampliação das bolsas moradia, além da destinação de um espaço alugado para moradia estudantil, que atualmente atende, limitadamente, aos estudantes. Somaram-se, também, a aquisição de bolsas acadêmicas para discentes por meio do Programa de Educação Tutorial (PET), Programa de Bolsa de Extensão e Cultura e Programa de Voluntário de Extensão e Cultura - Probec/provec e Programa de Incentivo a participação do estudante em eventos científicos e culturais. E, por fim, a ampliação das bolsas de assistência estudantil (Bolsa Permanência, Bolsa Alimentação e Bolsa Moradia) (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2018; UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2019).

No âmbito do curso observou-se a realização dos concursos públicos para docentes, ampliando a quantidade de código de vagas presente no projeto inicial do curso. A elaboração do projeto pedagógico do curso afinado as construções coletivas da profissão, a formulação e execução da política de estágio com uma atenção a perspectiva de interiorização e uma forte vocação extensionista por meio de projetos e ações que permitiram dar visibilidade acadêmica e política ao curso na região.

O período subsequente, 2015 a 2019, que trata da consolidação do respectivo curso, foi marcado por mudança econômico-políticas de monta no país. Com o rebatimento da crise econômica no país, a sustentação do projeto expansionista das universidades públicas, mesmo atravessado por tantos desafios e orientado pelo privilegiamento da lógica privatizante, derruiu suas bases e atingiu diretamente o atendimento às necessidades sociais.

As inquietações dos diversos segmentos sociais ganharam força substantiva em 2013. Avolumavam massas crescentes de indignados nas principais avenidas e ruas das capitais e interiorizavam-se as inquietações e manifestações, cresciam as pautas e as bandeiras levantadas por hordas gigantescas que ocuparam o Brasil, com a insígnia *O Gigante acordou*. As jornadas de junho de 2013 e as manifestações de rua subsequentes pulverizavam-se em demandas e pautas, assim como, nesse cenário, emergiam segmentos de direita e extrema-direita que há tempos não encontravam as ruas como canais de visibilidade de suas ideologias e projetos. A recusa desses segmentos a partidos e sindicatos apontava o questionamento das bases organizativas consagradas pelo manto da democracia burguesa.

Gradativamente, cindia o projeto político de conciliação de interesses de classes que permeou os governos do Partido dos Trabalhadores. A análise que denotava um neodesenvolvimentismo agregador de amplas massas populares ao aparato do Estado converteu-se na sua face concreta, uma política social-liberal que traduzia, de um lado, uma estratégia econômica centrada nos interesses das frações do capital financeiro, sob forte dominação rentista (CASTELO, 2013), e, de outro, uma ampliação das políticas sociais consubstanciadas no acesso de massas significativas da população brasileira às políticas públicas e ao *subconsumo*.

As medidas institucionais adotadas pelo governo de Dilma Rousseff (2015) tornaram-se ínfimas diante da crise política vivida e da avalanche da crise econômica que, paulatimamente, consumia a legitimidade social do governo. Fenomenicamente, o debate da corrupção assumiu uma centralidade que obnubilou os reais problemas elencados nas jornadas de junho e converteram-se, nos anos seguintes, em uma saga institucional e política contra o Partido dos Trabalhadores. O desfecho que comungou no impeachment de Dilma Rousseff (2016) escancara o horripilante de projeto de país em curso.

OS DESAFIOS DO TEMPO PRESENTE E O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFG

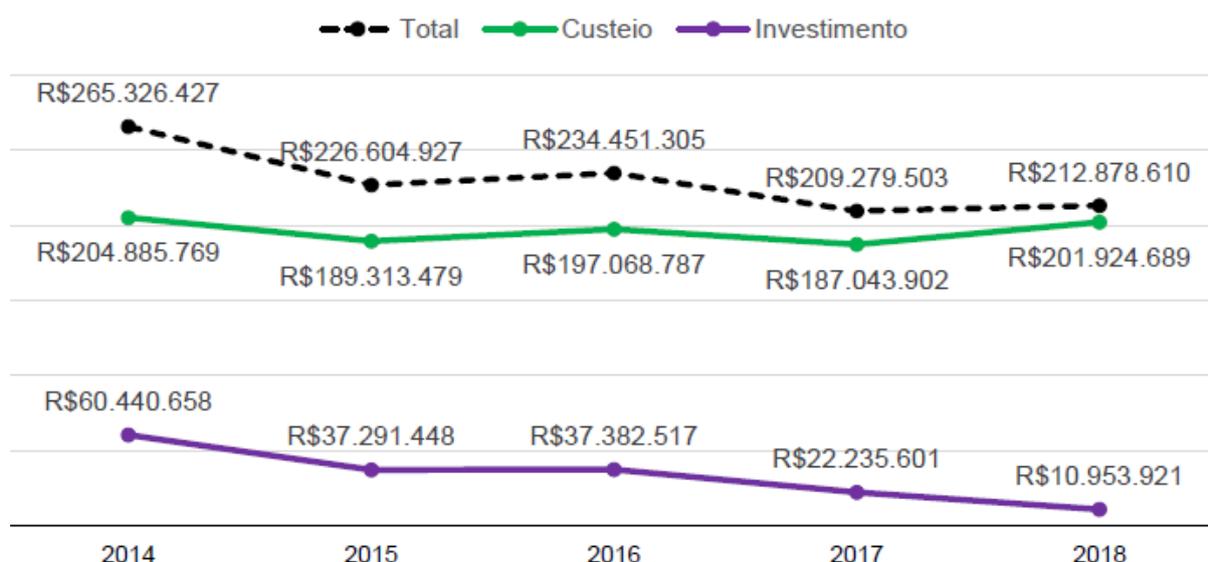
O impeachment, com uma ampla base social e política² de sustentação, pôs em cena as carcomidas políticas fisiológicas consagradas no sistema político brasileiro e alavancou Michel Temer (2016-2018), o mensageiro da *ponte para o futuro*, na qual a máxima perquirida voltou-se para implementar, com mais rigor, um projeto de país entreguista, dependente e subserviente aos interesses do grande capital.

As eleições de 2018 e a emergência de Jair Bolsonaro ao poder, nos termos de Marx, não é um raio caído em céu azul, pois expressa a mais candente dominação das frações do capital nacional e sua vinculação internacional em promoção dos seus interesses particularistas. Toma forma substantiva um projeto de país entreguista, no qual todo o aparato público, das florestas a poupança de tempo de trabalho necessário de gerações de trabalhadores, é colocado no balcão de negócios, como produtos de fim de feira, com a imediata perda de soberania e bens públicos. O mercado mostra seu ânimo diante das medidas adotadas e comemora os estímulos do país ao processo de valorização do capital e à ampliação das transferências de valor.

² Aqui reduzida à pequena *política* que historicamente marca as relações heterogêneas, subservientes e despolitizadas da burguesia brasileira.

No plano da educação, o período aqui tratado, reveste-se do caráter de desmonte. É aplicada uma política econômica afinado aos interesses do capital financeiro e um ajuste fiscal que incidiu diretamente nas políticas públicas, dentre elas a educação. Os sucessivos anúncios de cortes e contingenciamentos se concretizaram na realidade das universidades públicas e afetaram diretamente o projeto expansionista e de reestruturação dos cursos de graduação e pós-graduação existentes, e, especialmente, atingem frontalmente o projeto de interiorização, no qual situa-se o campus e curso de Serviço Social da UFG.

Gráfico 2. Execução orçamentária. Universidade Federal de Goiás (UFG), DEZ/2018



Nota: Valores atualizados pelo IPCA – 12/2018 Fonte: Secretaria de Planejamento, Avaliação e Informações Institucionais/ UFG (22/03/2019). Relatório de Gestão 2018 – UFG.

Na UFG, os cortes orçamentários traduziram na diminuição de investimentos infraestruturais, na estruturação dos laboratórios e demandas correlatas aos cursos, assim como, na própria política de permanência estudantil, seja por meios dos projetos acadêmicos de bolsas de pesquisa e extensão, seja pela política de assistência estudantil.

Esse processo de desmontes foi denunciado por meio de greves nacionais, paralisações, movimentos e ações coletivas em defesa da educação pública, diante da valorização salarial e condições de trabalho de docentes e técnico-administrativos e da necessidade de ampliação dos aportes orçamentários para estruturação da política de assistência estudantil.

Diante disso, as conquistas adquiridas na contraditoriedade sócio-política dos anos 2000, sobretudo o acesso e permanência de segmentos historicamente negligenciados nas políticas educacionais brasileiras encontram-se em risco. Os desmontes aqui identificados atingem diretamente o projeto de interiorização das universidades públicas. Assim como, das políticas estruturadoras de permanência de estudantes negras/negros, quilombolas, indígenas e povo do campo, oriundos das camadas sociais de baixa renda.

Se olharmos com atenção, as medidas operadas pelo governo brasileiro, seja no período dos governos petistas ou nos governos subsequentes, em que pese todo o conjunto de

particularidades e diferenciações que as conformam, possuem um lastro e afinidade com as políticas ditadas pelos organismos internacionais. O documento lançado pelo Banco Mundial intitulado *Um ajuste justo: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil* (ONU, 2017) é emblemático no sentido de operacionalizar ajustes que assumam a marca das necessidades do capital³.

Assim como, as medidas adotadas nos últimos dois anos aprofundam a lógica de desmonte da educação e acelera a dinâmica de mercantilização. A Emenda Constitucional 95/2016, que limita por vinte anos os gastos públicos, a prorrogação e a ampliação da Desvinculação das Receitas da União (DRU) para 2023 e, em certa medida, a reforma trabalhista e a reforma previdenciária são expressões do cenário desolador para essa e as futuras gerações.

O lamaçal de contrarreformas e medidas institucionais que avançam nos primeiros meses de governo de Bolsonaro já carregam consigo parte do patrimônio político e social fruto de tantas lutas. A democracia se fragiliza, os direitos se metamorfoseiam em artigos compráveis no mercado e a substantiva desigualdade social e econômica passam a assumir *status* moralizante e alvo de intervenção individualizada.

Ou seja, avança o projeto contínuo e ininterrupto de contrarreformas que encontra nos direitos sociais seu principal alvo de desmonte. Dentre eles, a educação superior. Os contingenciamentos e cortes orçamentários. A suspensão de bolsas acadêmicas na graduação e pós-graduação, os ataques a função social das universidades públicas. E, em específico, o recente projeto Future-se é expressão do maior ataque a educação superior. Objetiva-se desmontar o sentido do público para educação superior e transferir a chancela e comando das universidades públicas ao mercado.

No tocante ao Curso de Serviço Social da UFG, seus desafios e limites se evidenciam já em curto prazo. A própria condição de existência, produto da importante política de interiorização da educação superior, vê-se em ameaça, em decorrência dos cortes orçamentários sistemáticos. No campus Cidade de Goiás, essa dinâmica assume uma feição peculiar, diante da necessidade de maiores investimentos para estruturação dos espaços administrativos e acadêmicos, laboratórios, aquisição dos equipamentos para o Restaurante Universitário e criação de uma moradia estudantil.

Agrava-se diante da insidiosa EC 95/2016, que impõe o ajuste fiscal exatamente nas despesas primárias, dentre elas, as despesas correntes e investimentos nas universidades públicas. Internamente, um outro aspecto orçamentário torna-se limitador, o modelo de distribuição orçamentária da UFG que determina a alocação de recursos entre unidades acadêmicas tem como primazia o número de discentes matriculados, implicando na

³ Diversas análises se debruçaram sobre o respectivo documento e apontaram erros e equívocos graves no panorama desenvolvido pela ONU. Dentre os artigos, vale uma leitura atenta às considerações de Nelson Cardoso Amaral (2017), em uma análise do documento *Um Ajuste Justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil*, assim como a análise de Roberto Leher (2017), em *Banco Mundial: ajuste regressivo e antidemocrático*. **Correio da Cidadania**, 28 nov. 2017. (Disponível em: <<http://www.correiodacidade.com.br/2-uncategorised/12966-banco-mundial-ajuste-regressivo-e-antidemocratico>>. Acesso em: 30 jan. 2019).

reprodução de desigualdades entre campus, unidades e cursos. Assim como, as atuais medidas adotadas pelo Governo Bolsonaro.

O projeto *Future-se, Programa institutos e Universidades Inovadoras*, principal proposta do respectivo governo, em consulta pública, volta-se contra todas as conquistas da política educacional superior, em particular, com uma frontal abertura do mercado e destituição da coisa pública. As marcas da autonomia financeira, gestão universitária, produção do conhecimento, relações e condições de trabalho são reconfigurados em prol dos ditames do mercado.

Diante disso, evidencia-se que a existência do curso e sua consolidação encontra-se ameaçada. Assim como, todos os parcos avanços educacionais registrados na esfera pública. Após uma década de sua implementação, em que pese todos os desafios aqui elencados, o Curso de Serviço Social da UFG é expressão de uma construção coletiva que afina-se ao ideal de um projeto formativo, profissional e social que tem como primado a democratização da esfera pública e provimento das necessidades humanas. As reconhecidas avaliações institucionais, a ampla inserção dos egressos aos cursos de pós-graduação, residências e incorporação nos espaços sócio-ocupacionais, a sólida formação profissional materializada pelo ensino, pesquisa e extensão e o impacto sócio-educacional do curso na modificação das estruturas sociais e políticas no noroeste goiano são reveladoras da importância e acerto na sua existência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A quadra histórica atual revela uma dominação social mais densa e difusa de análise. Há uma profunda ramificação de discursos e práticas sócio-culturais contrárias ao Estado, ao caráter interventivo no provimento de necessidades humanas. Ergue-se, substantivamente, o ódio à proteção social como se lhe fosse averso aos novos tempos, anacrônico, e pesadas as exigências do empreender, da flexibilização e das formas contemporâneas de viver, que se fazem na ótica da inovação e fluidez do mercado.

As resultantes desse processo evidenciam o privilegiamento da dívida pública em detrimento dos gastos sociais. Enquanto o superávit primário, pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida pública são cristilizadas como prioridade absoluta dos governos, as medidas causticantes para as política públicas expressas na desvinculação dos recursos orçamentários pela DRU, no teto dos gastos, no contingenciamento e cortes orçamentários. Evidencia-se um verdadeiro movimento destrutivo no qual o Estado brasileiro acelera as medidas privilegiadoras do capital e suas frações rentistas, em detrimento do provimento das necessidades sociais.

Atolados na insubstituível programática de menos direitos e mais mercado, resta-nos indagar: até quando os destituídos da condição de subsistência e produção acordarão das ilusões do capital e perceberão que o *gigante acordado* não produziu melhores condições de vida social? Assim como traduziria Augusto Monterros (1999, p. 1), “Cuando despertó, el dinosaurio todavía estaba allí”. Independentes do despertar, o dinoussauro - leiam-se as contrarreformas do Estado - já estão presente na realidade brasileira há décadas, devorando as conquistas ínfimas dos trabalhadores e os projetos coletivos.

Alternam-se governos, sejam de face social-liberal ou plenamente neoliberal, e o discurso permanece como mantra que os acompanha indistintamente – é necessário cortes e ajustes do Estado, sob a causticante crise advoga-se pela retirada sucessiva de direitos sociais. Contraditoriamente, o legado político e, principalmente, social, que traduz as mudanças orquestradas no período de 2007-2013, é indicativo de uma socialização dos bens públicos educacionais, que impuseram para própria dinâmica interna a discussão das cotas, das políticas de permanência, das formas de acesso, da garantia de condições estruturais, pedagógicas e políticas e dos programas consubstanciadores de demandas sociais diversas que há tempos não revestia de coloridade, pluralidade e diversidade o espaço universitário. O Curso de Serviço Social da UFG é expressão dessa contradição de avanços e desmontes.

A trajetória de dez anos do Curso de Serviço Social da UFG demarca um importante processo sócio-histórico que reverbera mudanças sociais nesse país, sua continuidade e consolidação está atravessa pelas tensões das classes em movimento. A permanência e defesa desse patrimônio social e público estão hipotecadas às lutas e resistência social, à capacidade coletiva de ação política e à retomada dos rumos e projetos de país que tenham como prioridade as necessidades humanas e não do capital.

REFERÊNCIAS

AMARAL, A. Precarização estrutural e exploração da força de trabalho: tendências contemporâneas. **Argumentum**, Vitória, v. 10, n. 3, p. 244-256, set./dez. 2018.

AMARAL, Nelson Cardoso. **Uma análise do documento “Um Ajuste Justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil”**. [Goiania], [2017]. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.files.wordpress.com/2017/11/analise-critica-bm-2017.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2019.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BEHRING, E. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2008.

BRAGA, R. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRASIL. **Processo de contas anuais do FIES**. Disponível em: <http://sisfiesportal.mec.gov.br/>. Acesso em: 28 dez. 2018.

BRASIL. **Siga Brasil: Orçamento da união**. Disponível em <http://www9.senado.gov.br/QvAJAZZfc/opensdoc.htm?document=senado%2Fsigabrasilpai nelcidadeao.qvw&host=QVS%40www9&anonymous=true&Sheet=shOrcamentoVisaoGeral>. Acesso em 2 dez. 2018.

BRESSER PEREIRA, L. C. O novo desenvolvimentismo. **Folha de S.Paulo**, 19 set. 2004. jun. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1909200411.htm>. Acesso em: 10 jun. 2019.

CASTELO, R. **O social liberalismo**: auge da supremacia burguesa na era neoliberal. São Paulo: Expressão popular, 2013.

CASTELO, R. **O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro**. In: Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 112, p. 613-636, out./dez. 2012.

CASTRO, A. C. de S. **A democratização do acesso ao ensino superior pelo REUNI no Estado de Goiás**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Goiás. Goiás, 2013.

CGA/SIGAA. Relatório de gestão do Centro de Gestão Acadêmica da Regional Goiás. **Arquivos da UFG**. 2019.

CHESNAIS, F. **A Mundialização do capital**. Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

DAL ROSSO, S. **Mais trabalho**: a intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

DADOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERNANDES, R. C. **A educação do campo na universidade**: o direito de estudar direito na UFG (2007-2012). Dissertação (Mestrado em Geografia). São Paulo, 2016. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/145015/fernandes_rc_me_ippri.pdf?sequence=5. Acesso em: 3 jul. 2019.

FONTES, V. A transformação dos meios de existência em capital: expropriações, mercado e propriedade. In: BOSCHETTI, Ivanete (Org.). **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018.

GONÇALVES, C. A. **O programa REUNI**: Significados e ressonâncias da implantação do curso de Serviço Social da UFG/CCG – 2008/ 2012. 2013. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2013.

INEP. **Censo da educação superior**: Notas estatísticas 2017. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/censo_da_educacao_superior_2017-notas_estatisticas2.pdf. Acesso em: 16 jan. 2018.

LEHER, Roberto. Banco Mundial: ajuste regressivo e antidemocrático. **Correio da Cidadania**, 28 nov. 2017. Disponível em: <http://www.correiodacidade.com.br/2-uncategorised/12966-banco-mundial-ajuste-regressivo-e-antidemocratico>. Acesso em: 30 jan. 2019.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo; Editora da Unicamp, 2002.

MONTERROS, A. El dinosaurio. Microcontos. **Nueva Revista**, 27. Ago. 1999. Disponível em: <https://www.nuevarevista.net/revista-lecturas/el-dinosaurio-de-monterroso>. Acesso em: 20 jan. 2019.

ONU. **Um ajuste justo**: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil. 2017. Disponível em:

<http://documents.worldbank.org/curated/pt/884871511196609355/pdf/121480-REVISED-PORTUGUESE-Brazil-Public-Expenditure-Review-Overview-Portuguese-Final-revised.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2019.

PAULA, R. F. S. **Estado capitalista e Serviço Social**: o neodesenvolvimento em questão. Campinas: Papel Social, 2016.

REIS, L. F. Dívida pública, política econômica e o financiamento das universidades federais nos governos Lula e Dilma (2003-2014). **Revista Universidade e Sociedade**, n. 54, jan. 2016. Disponível em:

http://www.andes.org.br/img/midias/8ea654c4a4eef264f92f12e3cfb6d925_1548264638.pdf. Acesso em: 2. jun. 2019.

SADER, E. *A construção da hegemonia pós-neoliberal*. In: SADER, E. (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

SALVADOR, E. O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo: Cortez, n. 130, p. 426-446, 2017.

SILVA, M. C. **Serviço social e ensino à distância no Brasil**: Formação dos intelectuais colaboracionistas na construção da nova hegemonia do capital. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2011.

SINGER, A. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. **Novos estudos**: CEBRAP, n. 85, p.83-102, 2009.

TAVARES, M. A. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista**. São Paulo: Cortez, 2004.

TONEGUTTI, C. A. Um breve panorama do ensino privado no Brasil. **Revista Universidade e Sociedade**, n. 60, p. 125-135, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Relatório de Gestão 2008**. Disponível em: <https://www.proad.ufg.br/up/692/o/Relat%C3%B3rio_Gest%C3%A3o_2008.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2018a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Relatório de Gestão 2018**. Disponível em: https://secplan.ufg.br/up/1094/o/Relato_Integrado_Gestao_UFG_V2.7.1_03-04-2019.pdf?1554329493. Acesso em: 10. agos. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Reestruturação e expansão da UFG:** Documento preliminar (versão sintética da proposta reuni-ufg). Disponível em: <https://www.ufg.br/up/1/o/Reuni-UFG-22-10-07.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2019.

Alison Cleiton Araújo

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) (2018). Professor Adjunto II do Curso de Bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Graduado em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase na categoria Trabalho e suas expressões contemporâneas.
